



Mudança geral nas chefias da PRF e da PF

Adesão de agentes das duas polícias ao bolsonarismo nos últimos anos motivou o governo a destituir praticamente toda a cúpula das corporações nos estados

» ANDREA MALCHER

Ed Alves/CB/DA Press

A desconfiança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com as forças de segurança, desde os ataques terroristas aos prédios dos Três Poderes em 8 de janeiro, se materializou na Polícia Federal (PF) e na Polícia Rodoviária Federal (PRF). Em edição extra do *Diário Oficial da União*, na noite de quarta-feira, o ministro chefe da Casa Civil, Rui Costa, dispensou 26 superintendentes estaduais da PRF e substituiu 18 chefias da PF.

O único superintendente regional da PRF mantido pelo governo foi o do Piauí, Paulo Fernandes Nunes Moreno, mas ele pediu exoneração do cargo na tarde de ontem.

A corporação rodoviária manteve uma forte relação de proximidade com o ex-presidente Jair Bolsonaro ao longo dos últimos quatro anos. No segundo turno das eleições, em outubro do ano passado, a PRF executou pelo menos 549 operações nas estradas que podem ter dificultado o acesso de eleitores às zonas de votação. A maioria das barreiras foi montada na região Nordeste, que concentra grande apoio a Lula. Sob o comando de Moreno, o Piauí foi exceção e não houve registros de fiscalização a ônibus e automóveis que transportavam eleitores.

Após o pleito, as rodovias do país foram tomadas por bloqueios de caminhoneiros, que protestavam contra a derrota de Bolsonaro nas urnas, sem que houvesse evidência de ação efetiva para impedir os atos — outro episódio que aumentou a desconfiança do atual chefe do Executivo com a PRF.

Um dos superintendentes dispensados é Virgílio de Paula Tourinho, que chefiava a corporação na Bahia. Ele chegou a ser intimado pela Justiça Eleitoral para prestar explicações sobre a operação policial feita no segundo turno. Outro que perdeu o cargo foi Alexandre Carlos de Souza e Silva, do Rio de Janeiro, pelo mesmo motivo. Na ocasião, usuários das redes sociais divulgaram vídeos da operação na Ponte Rio-Niterói.

Ainda não foram apontados os substitutos, pois a progressão de cargos na PRF não é atrelada ao tempo de carreira ou outras condições. A escolha passa pelo diretor-geral, Antônio Fernando Souza Oliveira, nomeado no dia 2 em substituição a Silvinei Vasques, bolsonarista declarado.

Vasques foi alvo do Ministério Público Federal (MPF) por suspeita de favorecimento aos bolsonaristas que ocuparam as rodovias após o segundo turno. O órgão requereu o afastamento do policial rodoviário.



PRF nos protestos de caminhoneiros: atuação criticada por não reprimir a interdição de rodovias federais



É preciso averiguar se existe algum tipo de previsão específica em regimentos internos, seja da Polícia Civil, seja da PRF ou da PF, em relação à responsabilização desses eventuais agentes que fazem confusão entre ideologia e função pública, que são coisas distintas"

Leonardo Dickinson, advogado

Na PF, entre os 18 que assumem cargos de chefia está Leandro Almada da Costa. Ele comandará a unidade do Rio de Janeiro, que estava no centro da acusação de tentativa de interferência de Bolsonaro na corporação, feita pelo agora senador eleito Sérgio Moro (União Brasil-PR). O novo diretor da PF foi o responsável pelo inquérito que apura tentativa de obstrução da investigação dos assassinatos da veadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. A apuração levou ao policial militar Rodrigo Ferreira, o Ferreirinha, e à advogada Camila Nogueira. Ambos eram parte de uma organização criminosa que tentava atrapalhar os trabalhos de elucidação do crime. Leandro substituiu Ivo Roberto Costa da Silva.

Em São Paulo, Rogério Giampaoli substituiu Rodrigo Bartolamei, indicado por Bolsonaro. Na Paraíba, a escolhida foi Christiane Correa Machado, que comandou a Coordenação de Inquéritos Especiais (Cinq), voltada para

casos que envolvem pessoas com foro especial nas cortes superiores. Ela foi uma das envolvidas na investigação das acusações de Moro contra Bolsonaro. No total, nove mulheres foram nomeadas diretoras-gerais da PF.

Lula já havia antecipado a troca no DF, após os estragos de 8 de janeiro. Flávio Dino, ministro da Justiça e Segurança Pública, minimizou as trocas, afirmando que a mudança geral já estava programada. No lugar de Victor Cesar Carvalho dos Santos, entrou César Luiz Busto de Souza.

No caso da PF, a progressão da carreira é mais condicionada. Pela portaria de 2018, só eram promovidos a diretor-geral delegados da classe especial, com mais de 10 anos de serviço e que tivessem passagem de, pelo menos, um ano em cargo de direção e assessoramento superior — de DAS 101.3 para cima.

Dino reduziu os requisitos e, agora, o delegado precisa apenas ser da classe especial para concorrer à indicação para a diretoria à corregedoria do órgão.

Punição

Segundo Leonardo Dickinson, integrante da Comissão de Direito Militar da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ), se ficar comprovada omissão ou conivência dos agentes da PF ou da PRF com atos antidemocráticos, eles podem ser responsabilizados criminalmente.

"Eles responderão na mesma proporção de eventuais causas criminais, porém, com incidência de causa de aumento, uma vez que se tratam de agentes de segurança pública e detêm uma função específica de agentes de garantia", explica. "Um agente garantidor tem como principal objetivo repelir ou prevenir a prática de crimes. Razão pela qual, quando o agente trai as suas funções naturais ou constitucionalmente previstas enquanto membro da segurança pública, ele responde em grau superior aos demais."

O especialista em direito penal e militar aponta que não há vedação legal específica para "partidarismos" nas forças de segurança, no entanto, aponta a necessidade de isenção desses atores durante o exercício da função.

"Não é razoável que se tenha tamanha confusão entre aquilo que esse agente acredita com a sua função profissional. Diante dessa avaliação, é preciso averiguar se existe algum tipo de previsão específica em regimentos internos, seja da Polícia Civil, seja da PRF ou da PF, em relação à responsabilização desses eventuais agentes que fazem confusão entre ideologia e função pública, que são coisas distintas", observa.

Preso terceiro suspeito de liderar atos

A Polícia Federal (PF) prendeu na manhã de ontem o terceiro alvo da Operação Ulysses, que mira os organizadores, líderes e financiadores dos bloqueios de caminhoneiros em rodovias, acampamentos antidemocráticos em frente aos quartéis do Exército e os atos golpistas de 8 de janeiro, quando bolsonaristas radicais invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes.

O investigado capturado pela PF foi localizado em uma pousada no município de Guaçuá, no Espírito Santo. Ele estava foragido desde segunda-feira, quando a ofensiva policial foi deflagrada. Na ocasião, dois outros investigados foram presos, entre eles, o subtenente do Corpo dos Bombeiros do Rio de Janeiro Roberto Henrique de Souza Júnior. A outra investigada,

uma mulher de 48 anos, se entregou à Delegacia da PF em Campos dos Goytacazes, no norte do Estado do Rio.

A Operação Ulysses foi aberta por ordem da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro com a expectativa de que as provas coletadas na fase ostensiva da apuração viabilizem a identificação e a detenção de outros envolvidos nos atos golpistas.

Segundo a PF, ao longo das investigações, foram encontrados "elementos de prova capazes de vincular os investigados na organização e liderança" dos bloqueios de rodovias em Campos dos Goytacazes, dos atos antidemocráticos em frente ao QG do Exército na cidade e da ofensiva violenta que deixou um rastro de destruição na Praça dos Três Poderes.

Ed Alves/CB/ DA press



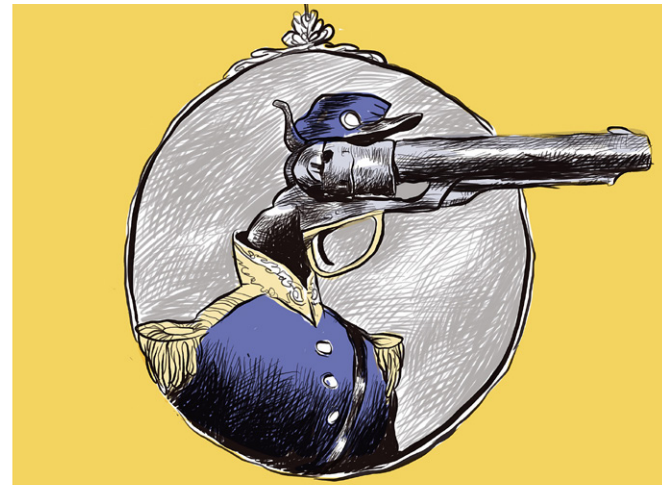
Financiadores do vandalismo golpista também estão na mira da PF

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



A invenção do malandro e as milícias

Entre os anos de 1852 e 1853, Manoel Antônio de Almeida publicou folhetins que se tornariam, mais tarde, a obra *Memórias de um sargento de milícias*, um clássico do nosso romantismo. Órfão de pai aos 11 anos, era filho de portugueses: o tenente Antônio de Almeida e Josefina Maria de Almeida. Sua infância muito carente o fez cronista da baixa classe média carioca. Jornalista e escritor, com muitas dificuldades financeiras formou-se em medicina, em 1855, mas nunca exerceu a profissão. Morreu aos 31 anos, no naufrágio do navio Hermes, em 1861. Escreveu apenas mais um livro, *Dois amores*, além de ensaios, contos e poesias.

Ao ignorar a classe média alta e o maniqueísmo elitista com que era retratada à época, Manoel Antônio de Almeida descreveu a vida real do povo e a figura do malandro — pobre, sem ideal, vivendo da sorte e de oportunidades que surgiam. O cenário do romance é o Rio de Janeiro da corte de Dom João VI, que permaneceu no Brasil de 1808 a 1821. O grande protagonista da história é um anti-herói, Leonardo, filho de imigrantes portugueses — Leonardo Pataca e Maria da Hortaliça —, que se conheceram no navio que os trouxe ao Brasil "após uma pisadela e um beliscão".

Flagrada pelo marido em traição, Maria das Hortaliças foge de casa; Leonardo Pataca abandona o pequeno Leonardo, que é criado pelo padrinho, um barbeiro, e sua madrinha, uma parteira que adorava missas. Transgressor, Leonardo é protegido por D. Maria, uma velha rica, tia de Luisinha, que deixa de ser sua paixão quando surge a bela mulata Vidinha, cujos primos arranjam uma forma de Leonardo ser preso pelo major Vidigal, mas ele consegue escapar.

O major jura prender Leonardo por malandragem, mas a madrinha consegue um emprego para Leonardo na ucharia-real, emprego que ele logo perderia por ter tido um flerte com uma das criadas do rei. Leonardo acaba preso por Vidigal, que fará dele, porém, um granadeiro de sua patrulha. Mesmo como soldado, Leonardo não deixa suas malandragens e acaba pregando uma peça em seu superior, o que lhe levará à nova prisão, de onde só sairá com nova intervenção de sua madrinha, Dona Maria, e de Maria Regalada, que era um antigo amor de Vidigal. Livre, por influência de ambas, Leonardo torna-se sargento da companhia de granadeiros. Como sargentos da ativa não podiam se casar, Leonardo recebe o título de sargento de milícias e casa-se com Luisinha, a sobrinha de D. Maria, que havia ficado viúva.

Manoel Antônio de Almeida descreve a invenção da malandragem. Na visão do antropólogo Roberto Da Matta, o Brasil urbano é carnavalesco ("não tem concerto"; "ninguém quer trabalhar"; "deixa tudo para amanhã"); autoritário, da regulamentação, do cartório e do árbitro; e místico, do "outro mundo", do "carma", da "reencarnação", do sobrenatural. De um lado, o Estado-nação, com território, bandeira, moeda, Constituição; de outro, a sociedade sem valores, com seus mitos e rituais.

Desarmamento

Muito do que estamos vivendo na atual conjuntura política tem raízes antropológicas. É o caso das milícias, que nunca tiveram uma relação tão promíscua com os órgãos de coerção do Estado como no governo de Jair Bolsonaro. Esse é um problema muito sério, inclusive em decorrência da politização das Forças Armadas e de uma militância política bolsonarista armada até os dentes, que já começa a se arreganhar contra o governo Lula, com características de uma milícia fascista. Segundo os repórteres Bruna Yamaguti e Leonardo Cavalcanti, do SBTNews, o governo Bolsonaro, somente no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2022, liberou 1.100 armas por dia para o cidadão comum.

No total, 1,6 milhão de armas foram autorizadas pelo Exército e pela Polícia Federal. O aumento, se comparado aos quatro anos anteriores — das gestões de Dilma Rousseff e Michel Temer — foi de 88% (847 mil). O Exército, por meio do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), liberou 904.854 armas em quatro anos. Já a Polícia Federal permitiu o registro e o porte de mais de 700 mil na gestão Bolsonaro, que operou uma estratégia para armar a população.

No governo Bolsonaro, mais de 40 decretos, portarias, instruções normativas e resoluções da Câmara de Comércio Exterior flexibilizaram o Estatuto do Desarmamento, de 2003. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto que reduz o acesso a armas e munições e suspende o registro de novas armas de uso restrito de caçadores, atiradores e colecionadores (CACs). Também suspendeu as autorizações de novos clubes de tiro até a divulgação de uma nova regulamentação. Entretanto, a pasta está fora do tubo.

Entre as restrições estabelecidas estão a proibição do transporte de arma municada, a prática de tiro desportivo por menores de 18 anos e a redução de seis para três a quantidade de armas a que cada cidadão comum tem direito. O novo governo também condiciona a autorização de porte de arma à comprovação da necessidade. Além disso, todas as armas compradas desde maio de 2019 devem ser recadastradas pelos proprietários em até 60 dias. Para reverter esse quadro, será preciso mexer no Estatuto do Desarmamento e reafirmar o monopólio do Estado sobre o uso da força, o que pressupõe apartar as Forças Armadas da política e restabelecer a plenitude da hierarquia e da disciplina.